

**O IMPACTO EXERCIDO POR LIDERANÇAS FEMININAS COMUNITÁRIAS
NA POLÍTICA.**

Autor: Maria das Graças de Carvalho Sassim

A presença das mulheres na política é primordial para assegurar a diversidade e eficácia democrática e também garantir que as políticas públicas acatem as necessidades específicas do público feminino. Infelizmente o cenário da política brasileira mostra uma realidade totalmente diferente, uma vez que a representatividade feminina não alcança nem 20% na câmara dos deputados e no senado federal, este fato ocorre devido a política para algumas mulheres ser uma questão desafiadora e historicamente dominada pelo público masculino.

A participação das mulheres na política é fundamental para a construção de uma sociedade igualitária e justa, além de priorizar questões como combate à violência contra a mulher, direitos produtivos e servir como inspirações para futuras gerações. Segundo Miltersteiner (2020) ter a participação não só na política mais como em diversos setores, que compõem a nossa sociedade e importante para descrever os quanto importantes e capazes elas são.

Para Magalhaes (2021) a vida política feminina surgiu desde o século 19, e foi marcada por uma serie de conflitos e conquistas importantes no Brasil e em outros países do mundo ocidental. Foram muitas lutas enfrentadas por elas para garantir sua representação e igualdade de direitos políticos, no território brasileiro as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, depois de intensa mobilização do movimento sufragistas que era a luta de reivindicação pela participação ativa das mulheres na política conferindo a elas o direito de votarem e serem votadas.

A pioneira no Brasil na luta pelo voto e direitos iguais na política foi Nísia Floresta, uma grande educadora, individualista brasileira e abolicionista, que era considerados por muitas pessoas como a precursora do feminismo e da luta pelos direitos da mulher. No inicio as mulheres que podiam votar era as casada mediante autorização de seus maridos, viúvas e solteiras que possuíssem renda

própria também podiam votar, por volta de 1934 que o direito ao voto tornou-se universal e foi incluído na constituição esta conquista foi considerado um marco na luta por igualdade e de gênero, no ano de 1988 ocorreu um importante acontecimento para a política eleitoral que foi a elaboração de um documento, cujo objetivo era combater a discriminação de sexo ou gênero, sobretudo o direito à igualdade, conforme o art. 5º, inciso I, da carta maior de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição.

Podemos observar que a constituição buscava trazer um pluralismo e garantir direitos considerados fundamentais, tais como a liberdade, a segurança, direitos sociais, desenvolvimento e a justiça como valores importantes para uma sociedade fraterna, diversificada e sem preconceito. Desde 1934 a participação da mulher na política vem crescendo, entretanto de maneira muito lenta, ainda que tenham surgido avanços no setor legislativo como: a lei das cotas de 1997 que determina que pelo menos 30% das candidaturas dos partidos sejam destinadas para o público feminino mesmo assim as vagas não são totalmente preenchidas.

Segundo Antunes (2019) ao longo da história política do Brasil ele teve a participação de 5 mulheres consideradas pioneiras nesse setor, a primeira foi Leolinda uma defensora da liberdade feminina ela ficou conhecida como a mulher do diabo, este apelido surgiu devido ser uma mulher politicamente ativa, desquitada e que frequentava ambientes considerado exclusivamente masculinos, a segunda foi Celina Guimarães Vianna tornou-se a primeira a receber o direito ao voto direto, a terceira foi Mietta Santiago, uma advogada que garantiu o direito de eleitores acima de 21 anos, a mesma se candidatou a vaga de deputada federal e ainda foi homenageada por Carlos Drummond de Andrade, a quarta foi Carlota Queiroz e a quinta foi Antonieta de Barros que foi a primeira mulher negra a ser eleita parlamentar em Santa Catarina.

Segundo Grazziotin (2016, p 40.) ao longo dos caminhos percorridos pelas mulheres na política surgiu o programa chamado mais mulheres na política que:

“estabelecia um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo (conforme o art. 19 inciso 3º da lei de 1997). Que impõe a aplicação de, no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas que incentive a participação de mulheres na política (o art. 44, inciso V, da lei 9.096, de 1995, com redação dada pela lei 12.034, de 2009). Determina que, no mínimo, 10% da propaganda partidária de tv e radio seja para incentivar outras mulheres a participarem da política”.

Com base nos dados acima citados percebemos que o público feminino que participa da política é muito pequeno até mesmo nos dias atuais, a partir desses dados surgiu meu interesse por essa temática, uma vez que ela apresenta muitas lacunas no que se refere artigos ou dissertações que abordem o tema. E também pelo fato de que uma temática que busca a valorização da mulher no cenário político, além de incentivar outras mulheres a se lançarem no campo da política.

A presente pesquisa será dividida em três capítulos, o primeiro aborda o movimento feminista liberal e luta pelo direito ao voto feminino, o segundo descreve acerca da inserção da mulher no cenário político brasileiro e quais os conflitos pelas mulheres enfrentados para conseguirem direitos básicos na nossa sociedade atual. O terceiro buscará analisar os dados coletados pela pesquisa e apresentar seus resultados.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar e descrever o impacto exercido por lideranças femininas comunitárias na política.

.

Objetivos Específicos:

- Investigar quais os benefícios da participação feminina na política;
- Identificar quais as dificuldades encontradas pelas lideranças femininas para participarem da política no território brasileiro;
- Descrever quais são as políticas existentes que incentivem as mulheres à participarem da política;

- **Tipo de pesquisa:**

O percurso metodológico da pesquisa é de cunho qualitativo para Gil (2007) ele afirma que: “A pesquisa desenvolve-se por um processo de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados” (Gil, 2007, p. 17).

Assim, buscou-se mostrar as mulheres no cenário político, qual a importância de sua participação em atividades políticas. A pesquisa, compreende uma revisão bibliográfica, que além de conhecimentos breves de experiências sobre o tema, trazem bases teóricas-metodológicas para a construção deste trabalho, ajudando a entender ainda mais os contextos e importância do público feminino no cenário político, assim como ampliar e pautar ainda mais discussões referente a ausência na participação feminina na política.

Nessa pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica, sendo que,

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p. 45).

O Estudo de Caso, é a metodologia de pesquisa que melhor se encaixa para chegarmos ao objetivo principal retratando de forma particular uma realidade vivenciada, mas que é ao mesmo tempo, tão peculiar e desconhecida para alguns indivíduos. Como retrata Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é: “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”

- **Público-alvo:**

O público-alvo desta pesquisa foram mulheres que atuam no cenário político no município de Cametá-PA.

- **Instrumentos de pesquisa:**

Para a coleta de dados serão utilizados como instrumento de pesquisa a aplicação de questionários, com questões e fechadas, através de entrevista semiestruturada. Para Leal (2011, p. 32), argumenta que:

Os objetivos da pesquisa se referem à obtenção de informações sobre um fenômeno ou sobre determinada população e à descrição de suas características; também se referem ao estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa não tem compromisso com a explicação dos fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação.

A utilização desses métodos buscou, traçar um caminho sistemático para compreender a problemática da estudada acerca da mulher no cenário político.

- **Procedimento para coleta de dados:**

1ª Etapa: Foi feito o primeiro contato com as lideranças femininas que participam da política no município de Cametá para obtenção de maiores informações sobre o sistema político na região cametaense.

2ª Etapa: Será realizado a aplicação dos questionários, para as candidatas com o intuito descobrir informações acerca do panorama político da região.

3ª Etapa: Será feito o levantamento e análise dos dados e informações colhidas com as candidatas do município.

CONCLUSÃO.

A pesquisa foi motivada pela ausência de trabalhos que discutam a temática uma vez que ela é de suma importância para se constituir uma sociedade mais justa e igualitária onde não a distinção entre gêneros. Surgiu também como uma forma de promover a valorização feminina, pois ao longo dos anos a trajetória da mulher é vista na história como um sujeito excluído socialmente.

Para Ribeiro (2018), as mulheres precisam lutar contra um sistema político machista e não benéfico ao público feminino, e necessário criar novas pautas afim de discutir questões sobre a desigualdade existente nos dias atuais entre homens e mulheres. Para ele as mulheres são vítimas de um regime perverso e

faz se necessario que elas busquem metodos para reivindicarem seus direitos tanto na politica quanto em qualquer outro setor da sociedade.

Reconhe-se os desafios enfrentados pelo publico feminino na atualidade e resultados da antiga visão que a sociedade tinha das mulheres como apenas um provedora do lar responsavel por realizar tarefas domesticas, como um individuo incapaz de exercer direitos politicos. Segundo Orlandi (2007) é preciso que as mulheres mudem essa visão a seu respeito e mostre que elas são capazes de realizar qualquer tarefa ou exercer qualquer cargo pore las almejado.

E importante ressaltar que a pesquisa buscar incentiva novas mulheres a se candidatarem no cenario politico afinal possuimos capacidades fundamentais para exercer um bom governo.

REFERÊNCIAS

MILTERSTEINER, K. S. et al. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. Cad. EBAPE.BR, v. 18, no 2, p. 422-423, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/busquedaArticuloFiltros.oa?q=%22mulher%22%20and%20%22mercado%22%20and%20%22Trabalho%22>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MAGALHÃES, T. Papel da Mulher na Sociedade. Revista da Faculdade de Direito, v. 75, p. 123–134, 1980. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66895/69505>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 23 de abril de 2019.

ANTUNES, Leda. As 7 mulheres que ousaram lutar pelo direito ao voto no Brasil. Disponível em: Acesso em: 18 de junho de 2019.

GRAZZIOTIN, Senadora Vanessa et al. + Mulheres na Política: mulher tome partido. Mulher Tome Partido. 2015. Elaborado por Procuradoria Especial da

Mulher, Senado Federal, Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bit.ly/livretomaismulheresnapolitica>. Acesso em: 13 maio 2020.

GIL, Antônio C. 1946. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Produção acadêmico-científica** [recurso eletrônico]: a pesquisa e o ensaio/Universidade do Vale do Itajaí. – Itajaí: [Universidade do Vale do Itajaí], 2011.

RIBEIRO, Djamila. Quem Tem Medo do Feminismo Negro? 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ORLANDI, Eni P. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007a. 184 p.